

Para Fachin, Judiciário deve ser referência de estabilidade

Ministro projeta que 2026 marcará ‘fortalecimento institucional’

/STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, disse em mensagem de final de ano divulgada pela corte que o País ainda tem “graves deveres históricos a cumprir” e que o Judiciário “deve ser referência de firmeza, estabilidade institucional e de serviço à sociedade”.

Ele também rogou que 2026 seja um ano de “fortalecimento institucional”. “Que nos acompanhem a serenidade para decidir, a coragem para proteger direitos e a convicção de que a Constituição permanece sendo, ao mesmo tempo, nosso limite e nosso horizonte”, afirmou.

Fachin ainda usou a mensagem para reiterar sua defesa da “autonomia e da independência da magistratura”, com “integridade institucional e com a promoção contínua da segurança jurídica, da eficiência e da transparência”.

O ministro tem se posicionado a favor da manutenção de certas garantias do Judiciário como forma de manter a independência da magistratura. A reforma administrativa em tramitação no Con-



Edson Fachin enfatizou ‘autonomia e independência da magistratura’

gresso busca rever algumas dessas garantias, classificadas por críticos como privilégios - entre eles, a aposentadoria compulsória como sanção disciplinar e o direito a férias de 60 dias.

“A confiança da sociedade é construída, dia após dia, pela coerência das decisões, pela responsabilidade das ações e pela abertura permanente ao aperfeiçoamento”, destacou o ministro.

Desde que assumiu a presi-

dência do Supremo, em setembro, Fachin tem defendido a adoção de um código de ética na corte - iniciativa que enfrenta resistência entre os colegas e figura entre as prioridades de sua gestão. O debate ganhou força nos últimos meses, após a revelação de um contrato entre a esposa do ministro Alexandre de Moraes e o Banco Master e da viagem de Dias Toffoli na companhia de outro advogado do banco em um avião particular.

MP junto ao TCU cobra regras sobre rendimentos

/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), Lucas Rocha Furtado, protocolou uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) para que a Corte examine a adoção de normas que obriguem agentes públicos, inclusive membros do Judiciário, a tornar públicos os rendimentos obtidos com atividades extrajudiciais, como palestras, publicações e participações em eventos. O pedido é feito no momento em que o presidente do Supremo Tribunal Fed-

ral (STF), ministro Edson Fachin, defende a criação de um código de conduta para magistrados de tribunais superiores.

Na representação, Furtado argumenta que a ausência de regras claras sobre esse tipo de atividade compromete a confiança da sociedade no Judiciário. Para ele, a falta de um código de conduta fragiliza a percepção de integridade e imparcialidade de autoridades que ocupam cargos de alta responsabilidade.

“A meu ver, essa falta de regulamentação é um problema grave, pois compromete a confiança da

sociedade na integridade e na imparcialidade dos agentes públicos, especialmente daqueles que ocupam cargos de elevada responsabilidade”, afirma o documento.

Furtado cita como referências os códigos de conduta adotados em países como Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. Segundo ele, a experiência internacional demonstra que a divulgação de rendimentos obtidos em atividades extrajudiciais e a adoção de códigos de conduta são instrumentos eficazes para reforçar a transparência e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Correção

Diferentemente do que foi publicado na edição do dia 1º de janeiro, o Executivo gaúcho está solicitando a adesão ao programa de renegociação da dívida do Estado com a União na modalidade com abatimento de 20% do saldo devedor atual, o equivalente a aproximadamente R\$ 21 bilhões, em valores nominais, a menos sobre a dívida total de R\$ 106,5 bilhões. Com isso, o governo ingressaria no chamado “pacote 1” do programa, com redução dos juros reais para 0% e destinação de 1% da correção monetária ao Fundo de Equalização Federativa (FEF) e de 1% para investimentos no próprio Estado.

Câmara de Cachoeirinha agenda votação de cassação do prefeito

/LEGISLATIVO

Francisco Conte

franciscoc@jcrs.com.br

irregular de verbas durante as enchentes de 2024.

No documento de convocação à Sessão Extraordinária divulgado no Diário Oficial da Câmara de Cachoeirinha, a presidente Jussara afirma que o momento é grave e a medida tem como objetivo “estancar a crise institucional”.

Em nota, o prefeito afirma que o processo de cassação “é uma tentativa de golpe” e assegura o compromisso do seu mandato com a transparência em respeito à população de Cachoeirinha.

Para a cassação do mandato, são necessários 12 votos dos 17 vereadores.

Número de deputadas dobra, mas Brasil é último na América do Sul

/CONGRESSO NACIONAL

ro para candidaturas fez 30 anos em 2025.

O país latino com melhor desempenho nesse aspecto é Cuba, segundo lugar no ranking mundial, atrás apenas de Ruanda, na África. A ilha caribenha tem 55,7% do parlamento unicameral ocupado por mulheres (262 das 470 posições). Em 2005, as mulheres ocupavam 35% dos cargos. Em terceiro e quarto lugares estão Nicarágua (55% da câmara única) e México (50,2% da Câmara dos Deputados e 50% do Senado), respectivamente. Em sétimo, a Costa Rica (49,1% da câmara única).

Dados de relatórios da União Interparlamentar, associação global dos parlamentos nacionais, e da ONU Mulheres, organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero, analisados pela reportagem, mostram que o Brasil caiu 41 posições nos últimos 20 anos em ranking que posiciona os países quanto à representatividade nas câmaras baixas ou unilaterais Câmara dos Deputados, no caso da política brasileira.

O país saiu do 92º lugar em 2005 para o 133º em 2025, mesmo com o registro de crescimento no número de vagas ocupadas por mulheres no Congresso Nacional. Dos 513 deputados, 44 eram mulheres há 20 anos. Hoje, são 93 deputadas, conforme dados referentes a 1º de janeiro de 2025.

O avanço foi mais tímido no Senado. Antes, das 81 vagas, 10 eram ocupadas por mulheres, e agora são 16 senadoras.

O crescimento fica aquém do esperado, tanto em relação ao registrado em outros países da América Latina, quanto se considerado que a primeira legislação que instituiu a cota de gêne-